

# [Mais de 60% rejeitam medidas que afetam mulheres na Reforma da Previdência, por Leonardo Sakamoto](#)

[Pesquisa Datafolha](#) aponta que 65% dos brasileiros são contra a proposta do governo de estabelecer a idade mínima de 62 anos para mulheres se aposentarem; 60% são contra ter que contribuir por 40 anos para conseguir aposentadoria integral; 63% são contra que o benefício da pensão por morte pago a viúvas e órfãos possa ser reduzido a 60% do benefício original; e 61% defendem que trabalhadores rurais mantenham regras diferenciadas de aposentadoria.

[\(UOL, 10/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A pesquisa identificou que 51% da população é contra a Reforma da Previdência e 41%, a favor.

Ressalte-se que essas propostas do governo Jair Bolsonaro afetam especialmente as mulheres. Mulheres contam com mais dificuldade de atingir os 40 anos de contribuição por conta de questões reprodutivas e de uma sociedade que as obriga a cumprir uma jornada dupla sem ou com pouca participação dos companheiros. De acordo com o IBGE, somado o trabalho profissional e o doméstico, elas trabalham mais do que eles, mas esse tempo não é remunerado, nem contado para a aposentadoria. A redução das pensões também atingirá mais viúvas do que viúvos, podendo fazer com que recebam 60% de um salário mínimo. E a proposta do governo para aposentadoria especial rural comete a injustiça de equalizar em 60 anos a idade mínima para homens e mulheres no campo.

Desde o governo Michel Temer, a necessidade de uma reforma vem sendo martelada por representantes do governo, setores empresariais e veículos da mídia simpáticos à proposta. O resultado é que os contrários à ideia geral de Reforma da Previdência podem ter reduzido à antipatia ao pacote ao longo do tempo.

Contudo, quando as propostas são apresentadas separadamente, o comportamento da população é outro. Parte das medidas é rechaçadas com taxas superiores a 60%, seja porque as pessoas perceberam como seriam atingidas, seja porque entenderam que a medida é muito dura.

Vale considerar, aliás, que não foram listadas outras questões polêmicas, como o aumento da contribuição mínima de 15 para 20 anos e as mudanças no Benefício de Prestação Continuada - a assistência paga a idosos em situação de miséria.

Os entrevistados foram mais incisivos na necessidade de mudanças na aposentadoria dos servidores públicos que ganham mais - que serão os principais afetados com a imposição de alíquotas maiores.

De acordo com a pesquisa, 66% afirmam que servidores públicos que ganham mais devem pagar mais à Previdência; 72% defendem que funcionários públicos tenham o mesmo teto de aposentadoria que os trabalhadores da iniciativa privada; 53% são contra a idade mínima de 65 anos para os homens se aposentarem; e 53% defendem que os militares tenham as mesmas

regras que o restante dos trabalhadores.

A população precisa compreender cada ponto do debate. Até porque a Reforma da Previdência não é um pacote que precisa ser comprado por inteiro. Propostas podem e devem ser retiradas caso não tenham respaldo da população e de seus representantes no Congresso Nacional, mesmo que faça com que a equipe econômica dê chique.

É bem-vinda toda explicação dada sobre esses pontos em campanhas de informação - desde que tragam os diferentes lados da questão e não sejam apenas propaganda para convencer os cidadãos a engolir a versão do governo. Até porque os canais e recursos adotados nessas campanhas são públicos e, portanto, devem ter espaço para o contraditório. Caso contrário, não é debate, mas lavagem cerebral.